Processo nº 139/2005

(Recurso em matéria civil)

Data: 23.06.2005

Assunto : Caso julgado.

SUMÁRIO

1. A exceção dilatória do caso julgado prevista no artº 413º, al. j) do C.P.C.M. obsta a que o tribunal conheça do mérito da causa, destinando-se a evitar que o tribunal seja colocado na alternativa de contradizer ou reproduzir uma decisão anterior
2. Não obstante a eficácia do caso julgado se limitar ao “dispositivo da sentença”, os seus fundamentos podem e devem ser utilizados para fixar o sentido e alcance da decisão nela proferida.

O relator,

José Maria Dias Azedo

ACORDAM NO TRIBUNAL DE SEGUNDA INSTÂNCIA DA R.A.E.M.:

Relatório

1. A, com os sinais dos autos, inconformado com o despacho proferido pelo Mmº Juiz “a quo” com o qual se decidiu indeferir liminarmente a petição inicial que apresentou – pedindo fosse declarado anulado o casamento que contraiu com B – e que o condenou por litigância de má-fé, do mesmo veio recorrer para esta Instância, alegando e concluindo nos termos infra:

“1ª No duto despacho recorrido, o Mmº Juiz indeferiu liminarmente a acção de anulação do casamento intentada pelo ora recorrente com invocação da excepção dilatória do caso julgado, condenou o recorrente como litigante de má fé e determinou o envio de certidão do despacho para o C.S.A, sem

razão, porém.

2ª O recorrente, antes de ter intentado a presente acção, havia já intentado uma outra acção com o mesmo objecto mas a improcedência da anterior acção foi, tão só, devida ao facto de se haver constatado que não tinha ainda chegado ao seu termo acção de impugnação de paternidade intentada pelo recorrente contra sua mulher o o pretense filho.

3ª Trata-se de obstáculo ao êxito da acção de anulação do casamento que o recorrente constatara e o levava a requerer a suspensão da instância (naquela acção) até que fosse proferida sentença na acção de impugnação de paternidade entretanto intentada, requerimento que foi, porém, indeferido com fundamento em que mesmo após o trânsito em julgado da sentença absolutória nada impediria o ora recorrente de instaurar uma nova acção de anulação do casamento atenta a natureza da acção.

4ª O artº 576º, nº 2, do C.P.Civil dispõe que «se a parte decaiu por não estar verificada uma condição, não ter decorrido um prazo ou não ter sido praticado determinado acto, a sentença não obsta a que o pedido se renove quando a condição se

verifique, o prazo se cumpra ou o acto se pratique».

5ª Não se verifica, no caso, a excepção dilatória do caso julgado invocada no despacho recorrido para indeferir liminamente a acção intentada pelo autor ora recorrente.

6ª Ainda que houvesse que se dar por justificada a existência da sobredita excepção, nunca se justificaria a condenação do recorrente como litigante de má fé pois ele limitou-se a dar por bom o entendimento do Mmº Juíz que lavrou a douta sentença na acção ordinária nº 007-02-5, na qual o fundamento do indeferimento da suspensão da instância se alicerçou na possibilidade de uma nova acção logo que se verificasse o trânsito em julgado de decisão que declarasse que o autor ora recorrente não é pai biológico do menor e determinasse o cancelamento desse registo do seu assento de nascimento.

7ª A actuação do advogado signatário nunca mereceria censura pois, em representação do seu constituinte, requereu na acção ordinária nº 28-02-2 a devolução dos documentos originais ali apresentados pelo autor, assim como certidão da sentença explicitada naquele processo com a indicação expressa de que os destinava a instruir acção de anulação do casamento que se

propunha intentar e apresentou nos autos à margem epigrafados requerimento em que requereu a junção de documentos com a indicação expressa de que os obtivera agora por os haver «solicitado na acção que, sob o n.º 007-02-5, correrá termos sobre o mesmo objecto», o que, tudo, é claramente revelador da boa fé da sua actuação.

8ª A decisão recorrida violou a norma do art.º 230.º, n.º 1, alínea e) na sua conjugação com as normas dos art.ºs 412.º e 413.º, alínea j) do C.P.Civil (pela sua aplicação fora do quadro devido) assim como a norma do art.º 576.º, n.º 2 do mesmo diploma legal (pela sua não aplicação e do alcance da mesma resultar, no caso, a não verificação da excepção invocada no despacho recorrido)”; (cfr. fls. 67 a 73).

*

Sem resposta, vieram os autos a esta Instância.

*

Colhidos os vistos legais e nada obstando, cumpre decidir.

Fundamentação

2. A fim de melhor se perceber dos contornos da presente lide recursória, mostra-se-nos de, a seguir, transcrever a decisão objecto da mesma.

Tem pois o seguinte teor:

“No presente processo ordinário, o autor, fundamentalmente, alega que contraiu matrimónio com a ré pela simples razão de esta, antes do casamento, ter dito que estava grávida. Porém, de acordo com o exame pericial efectuado posteriormente, apurou-se que a criança não era o seu filho biológico, pelo que requereu ao Tribunal para que fosse anulado o referido casamento, tendo também pedido para que a ré o indemnizasse dos danos morais.

Compulsado os elementos arquivados neste Tribunal, apurou-se que, em 16 de Abril, de 2002, devido à mesma questão, já o autor tinha intentado uma acção. Após julgamento, o referido caso foi considerado improcedente em 22 de Março de 2003.

Comparado os elementos dos dois autos, verifica-se que há repetição de propositura de acção, ou seja, em termos de sujeito, demanda e causa, a presente acção é idêntica àquela que anteriormente

tinha sido considerada improcedente.

A segunda parte do n° 1 do artigo 416° do Código de Processo Civil de Macau estipula que "se a repetição se verifica depois de a primeira causa ter sido decidida por sentença que já não admita recurso ordinário, há lugar à excepção do caso julgado", pelo que constitui uma situação de excepções dilatórias que obstam a que o tribunal conheça do mérito da causa (vide artigos 413° alínea j) e 412° n° 2 do Código de Processo Civil).

E, de acordo com o estipulado no artigo 414° do referido Código, o tribunal deve conhecer oficiosamente as excepções dilatórias dos casos com decisão já transitado em julgado.

Pelo exposto, ao abrigo do disposto nos artigos 230° n° 1 alínea e), 412° n° 2, 413° alínea j) e 414° do Código de Processo Civil de Macau, indefiro liminarmente a acção intentada pelo autor.

Custas judiciais a pagar pelo autor.

De acordo com o estipulado no artigo 385° n° 1 alínea a) do Código de Processo Civil, a conduta do autor revela que agiu como litigante de má fé, pelo que aplica-se-lhe uma multa de 6 unidades de conta.

De acordo com o estipulado no artigo 388° do referido Código,

após trânsito em julgado da presente sentença, extrai-se certidão da mesma e remeta-a ao Conselho Superior da Advocacia para que sejam tomadas as medidas tidas por convenientes”; (cfr. fls. 54 a 54-v e 111 a 112).

3. Feito que está o relato que antecede, vejamos agora se tem o recorrente razão.

Como é sabido, são as conclusões das alegações que delimitam o objecto do recurso e o âmbito do conhecimento deste Tribunal – cfr. artº 589º, nº 3 e 598º, nº 1 do C.P.C.M. – pelo que, a questão fundamental a decidir, consiste em saber se bem andou o Tribunal “a quo” ao considerar verificada a excepção do “caso julgado” assim como da consequente “má fé” do A. ora recorrente.

— Começemos pela apontada excepção do “caso julgado”.

Antes de mais, importa recordar que a excepção dilatória do caso julgado prevista no artº 413º, al. j) do C.P.C.M. – de onde pertencem os preceitos legais que se vierem a citar sem indicação de origem – obsta a

que “o tribunal conheça do mérito da causa” (artº 412º, nº 2), destinando-se, pois, a “evitar que o tribunal seja colocado na alternativa de contradizer ou reproduzir uma decisão anterior” (artº 416º, nº 2).

Assim, e sabido que ocorre excepção do caso julgado (material) se houver identidade de sujeitos, de pedido e de causa de pedir entre a acção anterior decidida com trânsito em julgado, (a acção nº 007-02-5), e a presente (cfr. artº 417º), “quid iuris”?

Como resulta do alegado pelo ora recorrente, entende o mesmo que não se verifica a dita excepção dilatória, invocando, para tanto, o nº 2 do artº 576º que, sob a epígrafe “Alcance do caso julgado”, preceitua que:

“Se a parte decaiu por não estar verificada uma condição, não ter decorrido um prazo ou não ter sido praticado determinado acto, a sentença não obsta a que o pedido se renove quando a condição se verifique, o prazo se cumpra ou o acto se pratique.”

Todavia – e de nada valendo para a questão em apreciação a afirmação feita pelo Mmª Juiz “a quo” ao indeferir o pedido de suspensão apresentado na 1ª acção (nº 007-02-5), no sentido de que “nada impediria

o recorrente de instaurar uma nova acção”, pois que tal não passa de uma afirmação feita a título de “esclarecimento” – cremos que o preceito invocado e atrás transcrito não tem o “alcance” que do mesmo pretende o recorrente.

Em nossa opinião, o preceito em causa tem o seu campo de aplicação limitado a situações como a de “obrigações sob condição suspensiva”, em que o credor, supondo verificada a condição, demanda o devedor pedindo o cumprimento da obrigação, de “direitos dependentes do curso de determinado período de tempo”, como sucede com o pedido de curadoria dos bens do ausente antes de decorrido o prazo legal de ausência sem notícias do requerido, (cfr. artº 89º do C.C.M., ou com o pedido de “divórcio por mútuo consentimento”, cfr. artº 1630º do mesmo C.C.M.), e a situações em que a obrigação do devedor está dependente dum prestação de facto do credor, (cfr., v.g., Alberto dos Reis in, “C.P.C. Anot.”, Vol. V., pág. 173 e segs.).

“In casu”, a improcedência da supra referida “1ª acção” por decisão proferida em 22.03.2003, deveu-se, no fundo, ao entendimento de que a mesma não era o “meio próprio” para nela se discutir e provar da

paternidade do menor C – atente-se que na sentença se deixou consignado que “de acordo com o disposto no artº 3º, nº 1 e 2 do Código de Registo Civil, a paternidade registada do menor C só pode ser afastada nas acções de estado ou de registo” – sendo assim de se concluir, atento os termos em que foi elaborada a sentença, que sobre tal matéria não se formou caso julgado; (cfr. sentença a fls. 49 a 53).

Não se pretende escamotear que foi a referida acção julgada improcedente com a absolvição da R. do pedido, e que na mesma alegava também o ora recorrente que o identificado menor não era seu filho.

Porém, como prescreve o nº 1 do citado artº 576º, “a sentença constitui caso julgado nos precisos limites e termos em que julga”, e, não obstante a eficácia do caso julgado se limitar ao “dispositivo da sentença”, os seus fundamentos podem e devem ser utilizados para fixar o sentido e alcance da decisão nela proferida; (cfr., v.g., Ac. da Rel. Coimbra de 06.11.2000, in C.J., 5, pág. 182, e que aqui se cita a título de mera referência).

Assim, independentemente do maior ou menor acerto do decidido

na referida acção nº 007-02-5, que aliás não está em causa, o certo é que a decisão de improcedência na mesma proferida não origina “caso julgado” sobre tal matéria – quanto à paternidade do menor C – o que, ainda que com fundamentos algo diversos dos invocados, leva a considerar que na parte em questão merece o recurso provimento.

Continuemos.

— Da “má fé”.

Face à solução encontrada, necessariamente se terá também de reconhecer que infundada é a decisão que condenou o A. como litigante de má-fé.

Todavia, ainda que assim não se entendesse, sempre seria (aqui) de dar relevo à atrás referida “afirmação” do Mmº Juiz “a quo”, e, em consequência, tendo-se presentes os requisitos legais previstos no artº 385º para a condenação por litigância de má-fé, de revogar a decisão em causa.

De facto, a mencionada afirmação no sentido de que “nada

impediria o recorrente de instaurar nova acção” – a presente – não pode deixar de ser tida em conta para afastar qualquer “conclusão” que eventualmente se pudesse fazer no sentido de ter o mesmo agido com “dolo” ou “negligência grave”.

Daí, ser de revogar a decisão de condenação recorrida, o que, como não podia deixar de ser, prejudica também a de remessa de certidão para o Conselho Superior de Advogacia (da A.A.M.).

Decisão

4. Nos termos e fundamentos que se deixam expendidos, em conferência, acordam julgar procedente o recurso.

Sem custas.

Macau, aos 23 de Junho de 2005

José Maria Dias Azedo (Relator)

Chan Kuong Seng

Lai Kin Hong